



Extensão universitária e enfrentamento ao capacitismo em tempos de pandemia

Raquel da Silva Silveira: Psicologia – UFRGS; e-mail: raquelsilveira43@gmail.com

Camila Pereira Alves: Centro de Estudos Interdisciplinares em Novas Tecnologias da Educação - UFRGS

Raquel Guerreiro: Psicologia Social e Institucional - UFRGS

Josiane França: Movimento Brasileiro de Mulheres Cegas e com Baixa Visão

Introdução

A extensão universitária é o espaço, por excelência, em que os problemas sociais ganham maior visibilidade dentro das Instituições de Ensino Superior. A Política Nacional de Extensão

Universitária aponta a importância das trocas com as comunidades para problematizar a produção e a reprodução dos conhecimentos instituídos na academia.

A temática das deficiências e do capacitismo explicita um problema social importante da sociedade, que precisa ser ampliado nas formações acadêmicas. Nessa direção, o objetivo deste artigo é apresentar as atividades de extensão realizadas pelo CEPAC - Coletivo de Extensão e Pesquisas Anticapacitistas do Instituto de Psicologia da UFRGS e refletir sobre as transformações operadas nas suas ações durante a pandemia, destacando a potência dos encontros virtuais. Este projeto de extensão foi gestado dentro do NEPARPSI (Núcleo de Extensão e Pesquisas Antirracistas da Psicologia). Esse programa de extensão tem como foco o combate ao racismo e a construção de ações antirracistas. A convivência de corpos brancos e negros já vinha produzindo rupturas na hegemonia da branquitude acadêmica, mas os corpos “deficientes” ainda são exceção. Em 2018, ano da inclusão das cotas para pessoas com deficiência (Cotas PCD), passou a atuar como bolsista do NEPARPSI o primeiro cotista com deficiência física do curso de Psicologia. A sua chegada produziu questionamentos sobre problemáticas que nunca havíamos pensado, como, por exemplo: o racismo opera no campo das deficiências, também?

Certamente a resposta é afirmativa, mas o nosso desassossego era o reconhecimento de que nunca havíamos imaginado isso. Nunca sequer tínhamos reconhecido a falta das pessoas com deficiência nos espaços da universidade, tampouco nas ausências teóricas. Aqui salientamos a importância das ações afirmativas para tensionar a produção dos conhecimentos instituídos. Assim, ampliamos os estudos da interseccionalidade racial para o campo das deficiências. A criação do CEPAC foi uma decisão coletiva, com intuito de dar visibilidade à temática das deficiências, mas sem negligenciar os impactos do racismo nesta população.

Em 2020, fomos assoladas pela pandemia causada pelo contágio do vírus Covid-19, que pôs em xeque os modos como aprendemos e nos conectamos. Toda a comunidade acadêmica foi forçada

a um deslocamento abrupto para os ambientes virtuais de aprendizagem, independentemente da familiaridade com as possibilidades das tecnologias digitais ou dos níveis de letramento digital. Para o CEPAC, muitos desafios estavam em jogo, pois o projeto estava dando seus primeiros passos. Além disso, as trocas com pessoas com diferentes tipos de deficiência já vinham nos ensinando que a graduação em Psicologia tinha uma lacuna nessa temática tão complexa e diversa. E agora, como se daria a consolidação de um projeto de extensão anticapacitista durante a pandemia? Sobreviveríamos?

Percursos teórico-metodológicos

Sobrevivemos, reinventamos e criamos. A caminhada deste percurso foi possível pela potência que a extensão agencia. Uma das suas diretrizes é colocar lado a lado diferentes saberes, achatando a suposta hierarquia entre os conhecimentos produzidos dentro e fora da academia. Suas e seus participantes posicionam-se simultaneamente enquanto ensinantes e aprendentes, abertos às trocas que as atividades buscam proporcionar. Em seus ensinamentos, Paulo Freire pautava a relação de mútuo aprendizado entre professor(a) e estudante e o diálogo com outras experiências enquanto pilares que sustentam uma extensão universitária democrática. Paulo Freire e Antônio Faundez (1985) desenvolveram a pedagogia da pergunta, em que duvidar, estranhar e questionar se mostram enquanto exercícios do pensamento, sendo mais importantes do que dar respostas. Nesse sentido, é interessante registrar um acontecimento de indagação trazido pelo estudante com deficiência do CEPAC numa das nossas reuniões de equipe. Estávamos discutindo racismo e sexismo, quando ele perguntou ao coletivo: “e que nome a gente daria para as opressões sofridas pelas pessoas com deficiência?”

A resposta teórica veio de uma das autoras deste artigo, mulher branca com deficiência física/mobilidade reduzida: o termo usado para “discriminação por motivo de deficiência” é capacitismo

(MELLO, 2016). Essa foi uma ótima pergunta, pois o termo capacitismo ainda é pouco conhecido no Brasil. Capacitismo segue as traduções portuguesa e espanhola do termo em inglês *ableism* e aparece enquanto categoria discriminatória que nomeia a opressão social de pessoas com deficiência com base na capacidade, colocando as pessoas com deficiência enquanto incapazes. Corpos que desviam ao padrão de funcionalidade tida como normal são inferiorizados e desvalorizados. Defendemos que a deficiência deve ser percebida principalmente como questão social e política, e não somente como questão individual e biológica.

Na década de setenta, na Inglaterra, foi proposto o Modelo Social da Deficiência em contraposição ao Modelo Biomédico (DINIZ, 2007). A novidade trazida pelo Modelo Social foi desindividualizar a deficiência, apontando-a enquanto questão social e política, pois denunciava a incapacidade da sociedade de acolher corpos com lesão, o que levava à exclusão das pessoas com deficiência do acesso a serviços e à vida coletiva. A Segunda Geração do Modelo Social ou crítica feminista emergiu na década de noventa, no intuito de ampliar a discussão, incluindo temas acerca do corpo lesado, do cuidado e da interdependência. Além disso, apontou a importância da articulação da deficiência com outros marcadores sociais, como gênero, raça, etnia, classe, sexualidade e outros.

Para evitar a reprodução de um tipo de perspectiva individual e patologizante da deficiência (MELLO, 2016), bem como para fomentar o debate, o CEPAC vem desenvolvendo diversas atividades de extensão: aulas e oficinas em disciplinas de graduação, grupo de estudos sobre deficiência e contação de histórias com personagens com deficiências. Desde 2020, passamos a colaborar com o projeto de extensão Brincar de Viver, coordenado pela professora Lenisa Brandão, do curso de Fonoaudiologia da UFRGS, que tem como objetivo a promoção da saúde de idosas(os) através da arte e da inclusão digital.

Alguns participantes do Brincar de Viver têm afasia ou demência, possibilitando a aproximação da temática das deficiências a do envelhecimento.

A metodologia utilizada embasa-se na Educação Popular, em que todas as etapas das ações são debatidas coletivamente, tanto internamente quanto com a comunidade. No modelo virtual temos utilizado a dinâmica das rodas de conversa e da contação de histórias. Para atingir um número maior de pessoas criamos um perfil no Instagram, no qual realizamos lives quinzenais e postagens informativas sobre temáticas afins ao capacitismo. Com as ferramentas teórico-metodológicas nas mãos, passamos a nos perguntar como operar com a distância e com a opacidade das telas, que, de imediato, pareciam ser ambientes de frieza e paradoxalmente de difícil conexão. Como fazer extensão sem relação presencial?

Aos poucos íamos percebendo que a nossa cultura digital estava registrada numa perspectiva que o filósofo das tecnologias Yuk Hui (2020) nomeia como monotecnológica, ou seja, uma ideia de tecnologia universal, instrumentalista e homogênea, que produz na nossa experiência acadêmica uma condição tecnofóbica no encontro com o universo digital. Gradualmente fomos abrindo as câmeras e experimentando a interface das telas com outros sentidos corporais. Num grupo diverso como o nosso, percebíamos que o uso das imagens e das vozes não era apenas uma questão de escolha individual, mas um compromisso coletivo de promoção de acessibilidade para todas(os) que se encontravam pela tela.

Do presencial ao virtual: a potência dos encontros e da reinvenção dos modos de fazer

Começamos este tópico apresentando a descrição da Figura 1, na qual aparece um grupo de pessoas com e sem deficiência, entre estudantes, professora e palestrantes. Aparecem dezesseis pessoas, todas sorridentes, fazendo pose para registrar a aula-oficina presencial, em 2018.



Figura 1 - Registro de aula-oficina no Instituto de Psicologia da UFRGS/2018

Fonte: Acervo do CEPAC

Essa foto registra uma das primeiras ações de extensão do CEPAC, ainda fisicamente, dentro da universidade, por meio de aulas teóricas e oficinas na graduação. Na disciplina de Psicologia Social II, dividíamos a aula em dois momentos: o primeiro era uma oficina de sensibilização sensorial, com a convidada Josiane França, mulher cega e ativista. A segunda parte era teórica, com a doutoranda Raquel Guerreiro e, por vezes, com a participação de um aluno de graduação, ambos (as) com deficiência.

Na oficina, Josiane França problematizava o capacitismo do ambiente universitário. A partir da perspectiva de uma mulher com deficiência visual cega adquirida, um dos pontos por ela assinalado era a pequeníssima presença de pessoas com deficiência naquele ambiente.

Em 2018, havia apenas um estudante com deficiência em todo o curso de Psicologia. Essa ausência é um analisador da sociedade capacitista que vivemos, a qual produz isolamento, falta de acesso e segregação. Desta forma, a maioria dos(as) estudantes acabam não convivendo com pessoas com deficiência e, consequentemente, podem ter dificuldades em imaginar que as pessoas com deficiência seriam capazes de ocupar o espaço acadêmico.

Para Josiane França, foi muito importante conhecer a história de vida de Helen Keller (2003), mulher surdo-cega, nascida nos EUA, que foi incentivada por sua professora particular a lutar pela inserção acadêmica. Conseguiu graduar-se em Filosofia, em 1904, e atuou como escritora, palestrante e defensora dos direitos das pessoas com deficiência. Cabe

destacar que a condição sócio-econômica, geopolítica e o pertencimento à raça branca foram facilitadores na situação específica de Helen Keller. Essa experiência de vida tem servido como inspiração para muitas pessoas com deficiência. Apesar de singular e minoritária, a vida de Helen Keller contradiz a visão de que a deficiência é apenas incapacidade e pode auxiliar estudantes universitários(as) a desconstruir os estereótipos capacitistas. Nessa direção, acreditamos que quando uma mulher cega e não universitária é convidada para conduzir uma oficina e para palestrar, produz-se um deslocamento dos lugares de saber-poder e de saber-fazer.

Durante a sensibilização, as(os) estudantes são vendadas(os) no pátio do campus e se organizam para subir três lances de escadas do Instituto de Psicologia até a sala de aula. Uma vez lá, continuam vendados, procuram um lugar para sentar e experimentam tocar em objetos com formas, tamanhos, pesos e texturas bem diferentes, que vão passando de mão em mão. Após esta experimentação, Josiane recolhia palavras que os(as) estudantes escolhiam para expressar o que sentiram e disparar as trocas com a turma. Com essa prática, ao proporcionar a experiência de deslocamento no espaço e exploração de objetos sem usar a visão, ocorre uma aprendizagem pelas sensações e afetos despertados pela experiência e um interesse pelo modo como o(a) outro(a) percebe o mundo. As palavras mais eleitas têm sido angústia, medo, desorientação e confusão, o que diz da grande importância da visão na nossa sociedade.

Josiane frisava que as pessoas com deficiência seriam, sim, capazes de realizar muitas tarefas, mas de maneira e em tempos diferentes. Isso não aponta para uma hierarquia da capacidade, mas para as multiplicidades funcionais e corporais da diversidade humana. Na parte teórica das aulas, a doutoranda abordava os diferentes discursos sobre a deficiência passando pelos modelos,

aprofundando conceitualmente e problematizando o capacitismo na formação e prática da(o) psicóloga(o). No final da exposição, era aberto um debate, em que as(os) estudantes faziam colocações e traziam dúvidas.

Quando o isolamento social se fez urgente, em março de 2020, ficamos um tanto imobilizadas na incerteza da possibilidade de realização de oficinas de sensibilização, discussões das temáticas das pessoas com deficiências e do capacitismo pelo computador. Passado o primeiro susto com tudo o que a pandemia significava, nos abrimos a pensar possibilidades de reinvenção dos modos de fazer nossas atividades e inventar outras corporeidades através do universo digital.

Quando se trabalha a partir do modelo social da deficiência e da compreensão do capacitismo como uma estrutura de dominação, há uma incorporação dessas discussões para todas as esferas da vida. Os corpos sem deficiência, que estavam acostumados a circular livremente pela cidade, agora também estavam impedidos de circular por prevenção ao adoecimento. Cabe ressaltar um dos pilares da segunda geração do modelo social da deficiência, que, com a colaboração das teóricas feministas, visibilizou os conceitos de interdependência e de cuidado. Na ilusão meritocrática, individualista e produtivista do capitalismo, passamos a acreditar no sucesso individual e na força de vontade acima de tudo. A independência e a proatividade são tomadas como virtudes da sociedade do consumo, mas, no cotidiano da vida, somos fruto do cuidado e do sustento que uma rede de pessoas proveu para a gente.

Na descrição da Figura 2, temos o registro de uma das reuniões de equipe do CEPAC, realizada em março de 2021. A equipe está reunida com as câmeras ligadas. As nove mulheres da equipe aparecem sorrindo através de janelas digitais individuais, que, juntas, compõem uma grande janela de trabalho on-line, com fundo em tons de azul, branco e preto.

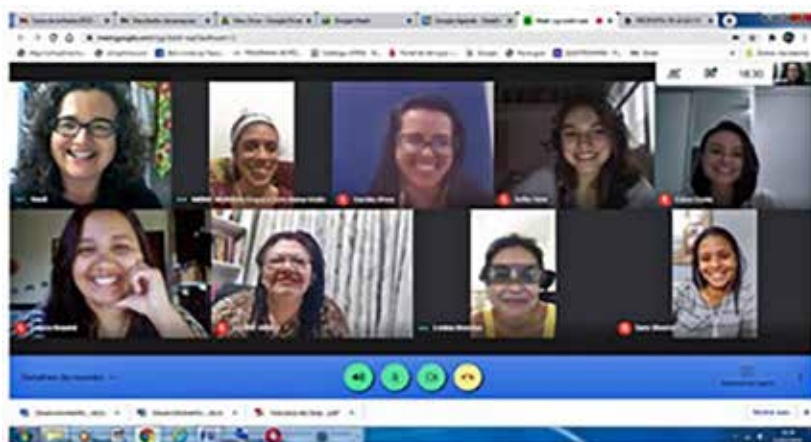


Figura 2 - Reunião de equipe do CEPAC/2021

Fonte: Acervo do CEPAC

Diferente das salas de aula em que as câmeras fechadas se tornaram frequentes, produzindo tristeza e angústia aos corpos docentes em todos os níveis do ensino remoto emergencial (SANTOS, 2020), na nossa experiência de extensão universitária isso quase não aconteceu. Contudo, as tecnologias impuseram limitações. Por trabalharmos com a temática do capacitismo, tudo nos fazia refletir sobre os limites e deficiências que as relações on-line produzem: as falhas de conexão na internet; as imagens congeladas; as falas cortadas; alguém que “caía”; alguém que não podia abrir a câmera. As pessoas sem deficiência se perceberam limitadas e impotentes diante das tecnologias digitais que pareciam ter “vontade própria” e com as quais muitas de nós não estavam familiarizadas pedagogicamente.

Nesse contexto, as vivências virtuais durante a pandemia produziram aprendizagens inesperadas. A presença de uma bolsista com deficiência auditiva nos ensinou que abrir a câmera é uma questão de acessibilidade, pois a expressão do rosto é fundamental para as leituras facial e labial. Aprendemos, também, que o uso de máscaras, tão imprescindível durante a pandemia, era um empecilho para as pessoas surdas, pois dificulta a convivência delas nos ambientes com circulação de pessoas. Além dos encontros virtuais, também potencializamos o recurso tecnológico do WhatsApp para comunicação, tanto da equipe como para o público-alvo das nossas ações. Descobrimos que o envio de áudios por aplicativos

dificultava a compreensão das informações para quem tem deficiência auditiva. Desta forma, as mensagens tinham que ser digitadas ou gravadas em vídeo, para que, novamente, as expressões faciais e a leitura labial pudessem complementar a comunicação. Numa outra perspectiva da vida, a colaboradora cega do CEPAC nos ensinou a importância da audiodescrição. Assim, todos os encontros passaram a iniciar com a realização da audiodescrição de nossa própria imagem. Essas experiências e aprendizagens possibilitaram que ocupássemos afetiva e efetivamente o espaço digital, reconhecendo a necessidade de reinvenção dos modos de fazer extensão no universo digital.

Além dos espaços de trabalho coletivo do CEPAC, as ações com a comunidade também ensinaram muito. Talvez o mais interessante seja o fato de termos iniciado ações novas durante a pandemia, algo que nem sonhávamos que fosse possível, como a construção de grupos, de laços afetivos e de trocas intensas através das telas. Brincar de Viver, lives e rodas de conversa floresceram, transbordaram. O Projeto Brincar de Viver foi gestado pela professora Lenisa Brandão, para oferecer inclusão digital e equidade racial a idosos(as) com afasia, demência e vulnerabilidade social. Nessa parceria estamos vivenciando o desafio e a complexidade da inclusão digital de pessoas idosas e integrantes da equipe que não são letrados ou fluentes digitalmente. O projeto forneceu *tablets* e internet para a

conexão dos grupos, tendo em vista ações de promoção da saúde para pessoas idosas. As oficinas são semanais, com ações desenvolvidas a partir de atividades artísticas, como Contação de História e Dança.

A seguir apresentamos a Figura 3, como registro das Oficinas de um dos grupos de idosos(as) no Brincar de Viver (2021). Esta imagem retrata uma atividade on-line de Contação de História e Dança. Aparece a tela do computador com um grupo de dezesseis pessoas separadas em suas janelas digitais, mas conectadas pela atividade coletiva de fazer caretas e dar gritos com o auxílio das mãos, num fundo preto.

procura de pessoas com deficiência ou com familiares com deficiência pelo CEPAC. Desta procura surgiu o grupo de rodas de conversas do coletivo, também quinzenal, o qual tem tido um caráter de trocas de experiências, saberes, angústias e acolhimento. Com quase um semestre de atividades semanais desenvolvidas, podemos afirmar que as ações de promoção de saúde através da arte e das tecnologias digitais têm potencial para vitalização dos encontros on-line e podem sustentar vínculos de trabalho e de afeto necessários às formações de grupo.

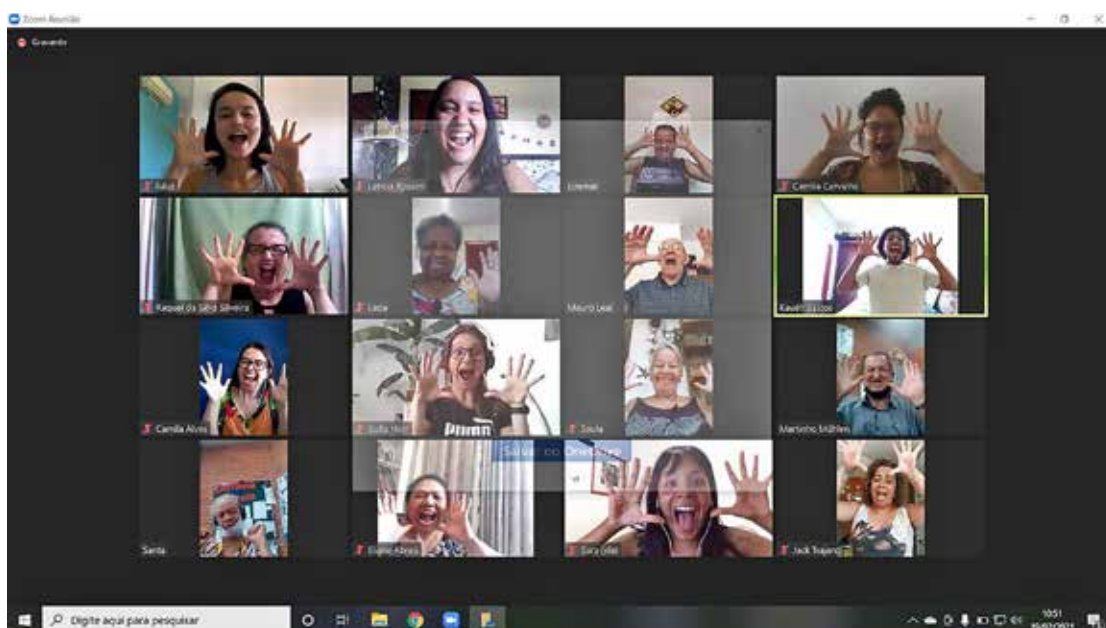


Figura 3 - Oficina do Brincar de Viver/2021

Fonte: Acervo do CEPAC

Outra atividade que nasceu durante a pandemia foi o Instagram do CEPAC e a realização de lives quinzenais. Propomos que as lives sejam compostas por três ou quatro pessoas, sendo pelo menos uma integrante do CEPAC, uma pessoa que aborde o tema teoricamente e pelo menos uma pessoa com deficiência. Desse espaço virtual das redes sociais tem surgido a possibilidade de formação de redes com outros projetos e movimentos sociais afins. Muito interessante foi a

Reflexões Finais

Precisamos compartilhar as aprendizagens que estamos construindo diante dos desafios do mundo virtual. Acreditamos que nada substitui o calor da presença física: do cheiro, do toque, do vento no rosto, da risada gostosa ou do choro doído na presença de alguém em quem confiamos. Contudo, o ser humano precisa de tudo isso e, por isso, reinventamos significados. No CEPAC e no Brincar

de Viver trabalhamos com a arte, com a contação de histórias infantis, com a dança, e, assim, os limites das telinhas transbordaram em emoção, em afetos. As tecnologias digitais mediam o encontro, tornando possível que, mesmo distantes, pudéssemos nos sentir próximas(os). Foi incrível ver quantos laços de amizade se construíram entre pessoas que não se conheciam presencialmente. Nesta escrita coletiva mesmo, uma das autoras nunca esteve fisicamente presente com as outras, mas isso não impediu que criássemos uma história de cumplicidade e aposta na força da extensão universitária.

A potência dos encontros se sustenta reunião após reunião pela inclusão de todas(os) que queiram fazer parte do coletivo e pela permanente condição inventiva que sustentamos ao nos relacionar umas com as outras pelas telas. Telas, essas, que não são mais frias, mas espaços de troca afetiva e de experiências. As deficiências e diferenças nos modos como nos conectamos permitiu que um processo singular de humanização dos encontros digitais entrasse em processo. Temos muito a aprender, pois o virtual tem muitas possibilidades.

Da mesma forma, reforçamos a potência da articulação das práticas de extensão no campo das deficiências. Ressaltamos um aprendizado importante nesta escrita coletiva. Sabemos que o capacitismo

organiza e estrutura a sociedade ocidental, estando presente em todas as práticas sociais. Ao escrevermos este texto com uma das autoras sendo cega, pudemos identificar que as revistas ilustradas não são acessíveis às pessoas cegas. Desta forma, mesmo as revistas de extensão universitária, comprometidas com a transformação do *status quo*, acabam reproduzindo o capacitismo, pois a maioria delas é ilustrada e não possui descrição de imagem.

Por fim, atentas às questões apresentadas pelos estudos do Modelo Social e da Segunda Geração do Modelo Social da Deficiência, reafirmamos que a presença de mais estudantes com deficiência na universidade, devido à lei de cotas, é fundamental para o enfrentamento dos graves problemas sociais produzidos pelo capacitismo na sociedade brasileira. Da mesma forma, são imprescindíveis todos(as) os(as) cotistas, pois possibilitam a democratização da universidade e o enfrentamento ao racismo e ao capacitismo. Cabe, também, ressaltar que as aprendizagens que os(as) cotistas pessoas com deficiência produzem na universidade não são somente concernentes às demandas em acessibilidade que esses corpos colocam, mas apontam a necessidade de ampliação de estudos e de ações extensionistas que abordem o tema das deficiências de maneira crítica, isto é, em termos sociais e políticos. ◀

Referências Bibliográficas

DINIZ, Débora. **O que é Deficiência? Primeiros Passos**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

FREIRE, Paulo, FAUNDEZ, Antônio. **Por uma Pedagogia da Pergunta**. 10ª ed. São Paulo: Paz & Terra, 2012.

HUI, Yuk. **Tecnodiversidade**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

KELLER, Helen. **A História da Minha Vida**. Rio de Janeiro: José Olympo, 2003. Disponível em: https://kupdf.net/download/helen-keller-a-hist-oacute-ria-da-minha-vida_58a707c76454a7a779b1e8f0_pdf

MELLO, Anahi Guedes de. Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC. **Ciência & Saúde Coletiva** [online], v. 21, n. 10, p. 3265-3276, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-812320152110.07792016>>. Acesso em 03 de abril de 2021.

NASCIMENTO, Abdias do. **O Quilombismo**. Rio de Janeiro: Fundação Palmares, 2002.

SANTOS, Daniel dos. Prática docente em Língua Portuguesa no ensino médio: desafios, experimentações e o cotidiano das câmeras fechadas. **H2D|Revista de Humanidades Digitais**, [S.l.], v.2, n. 2, 2020. Disponível em: <https://revistas.uminho.pt/index.php/h2d/article/view/2894>. Acesso em: 30 mai. 2021.